

0537

RECURSO PROPOSTAS

**ILMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO DAAE -
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA**

Tomada de Preço nº 001/2023

Autos nº 090 de 10 de janeiro de 2023



**DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE
ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA**

Protocolo: 000509/2023 - 28/02/2023 15:58:54

Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO - TP 001/2023

Nome: L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP

L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 10.571.789/0001-94, com sede na Avenida Napoleão Selmi Dei, nº 789, Araraquara/SP, neste ato, representada por seu sócio administrador, **PEDRO FERNANDO DA LUZ**, inscrito no RG nº 40.423.597-9 e portador do CPF/MF nº 329.854.138/93, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento legal no artigo 109, I da Lei nº 8.666/1993, **INTERPOR:**

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que sagrou que a presente licitante foi desclassificada indevidamente.

Cumpra alumar que a decisão de desclassificação do julgador *a quo* não deve prevalecer, eis que não há desconformidade com a legislação pertinente, pelas razões em anexo.

São termos em que pede e espera deferimento.

Araraquara/SP, 28 de fevereiro de 2023.

Pedro Fernando da Luz

RG: 40423597 SSP/SP

Diretor administrativo

PEDRO
FERNANDO DA
LUZ:32985413
893

Assinado de forma
digital por PEDRO
FERNANDO DA
LUZ:32985413893
Dados: 2023.02.28
15:27:36 -03'00'

**DAS RAZÕES DA REFORMA DA DECISÃO QUE DESCLASSIFICOU A PRESENTE
LICITANTE.**

I. DA REFORMA DA DECISÃO.

No dia 16 de fevereiro de 2023 houve a tomada de processo em epígrafe.

Entretanto, a presente licitante foi indevidamente desclassificada, pelo simples fato de ter deixado de apresentar as declarações exigidas nas alíneas “e” e “f”, do item 10.3 do edital. Vejamos:

II) DESCLASSIFICAR a licitante L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA por não apresentar as declarações exigidas nas alíneas “e” e “f”, do item 10.3 do edital.

Com efeito, a decisão de desclassificação deve ser totalmente reformada.

Ora nobre julgador, a presente licitante apresentou todos os documentos pertinentes, e comprovou sua habilitação jurídica, sua qualificação e capacidade técnica, sua qualificação econômica e financeira, bem com como proposta totalmente exequível.

Há de se ressaltar que a presente licitante apresentou melhor proposta, conforme demonstrado. Eis que o preço apresentado pela presente licitante foi de R\$55.348,00 (cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e oito reais), enquanto a presente a licitante ganhadora apresentou proposta de R\$ 82.839,40 (oitenta e dois mil reais, quarenta centavos).

O que se traduz em preço menor, e uma economia de 33,60% (trinta e três por cento, sessenta por cento) aos cofres públicos em comento.

Inegavelmente, a presente licitante foi indevidamente desclassificada.

Eis que ao item 10.4, autoriza expressamente o representante da empresa a suprir a ausência das declarações constantes nas alíneas ‘e’ e ‘f’. Vejamos:

10.4 – A ausência das declarações exigidas nas alíneas ‘e’ e ‘f’ poderão ser sanadas através de lavratura do próprio punho, realizado pelo Representante da Empresa que tenha poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes da licitação.

Cumprе ressaltar que o próprio edital autoriza o suprimеnto das declarações exigidas nas alíneas “e” e “f”.

Entretanto, a presente comissão de licitação não observou o item 10.4 do edital, pois não oportunizou que a presente licitante suprisse tal lacuna.

A presente licitante, deveria, pois, ter a oportunidade de ter sanado tal lapso infimo. O que não ocorreu, já que a comissão desclassificou a presente licitante de imediata, conforme resta comprovado.

Dessa forma, houve patente inobservância ao item 10.4. do edital.

Nesse sentido, a decisão da comissão licitatória deveria, pois, seguir princípios basilares insertos na Constituição Federal do Brasil (LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE, EFICIÊNCIA), bem como princípios inerentes à licitação (VINCULAÇÃO DO EDITAL). Este princípio pode ser verificado no art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93. Vejamos:

“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada”

Assim, ocorrendo a falta de vinculação aos termos do Edital, como no presente caso, justificável será a motivação do Judiciário através de ação movida pelos interessados, por qualquer cidadão, ou até mesmo pelo Ministério Público, para apreciação de potencial desvio de conduta, para que seja anulado e restabeleça-se a ordem no processo licitatório.

A jurisprudência a respeito é farta, pacífica e remansosa, conforme entendimento C.STJ, cristalizado em julgado clássico:

“EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL COMO INSTRUMENTO VINCULATÓRIO DAS PARTES. ALTERAÇÃO COM DESCUMPRIMENTO DA LEI. SEGURANÇA CONCEDIDA. É entendimento correntio na doutrina, como na jurisprudência, que o Edital, no procedimento licitatório, constitui lei entre as partes e é instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação. Ao descumprir normas

editais, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia. Segurança concedida.” (STJ, MS nº 5.597/DF, 1ª S., Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJU 01.06.1998) (g.n)

Assim, sua desclassificação mostrou-se totalmente arbitrária e sem qualquer fundamento e inobservância ao instrumento convocatório da presente tomada de preço.

Dessa forma, a reforma da decisão recorrida é medida de pleno direito, eis que descumprir normas do próprio edital, conforme demonstrado.

Na mais remota das hipóteses, cabe salientar também que as declarações das alíneas “e” e “f”, do item 10.3 do edital, são totalmente dispensáveis. Haja vista que são meras declarações prestadas unilateralmente, quanto a ciência e aceitação dos termos do edital, e que cumprirá os termos do edital.

Tratando-se de deveres mínimos condizentes com os princípios mínimos do Direito, como da eticidade de da boa-fé objetiva, que são presumidos só com a adesão para participação no presente certame público, não havendo necessidade de apresentar declarações para esse fim.

Observa-se que no edital não há qualquer disposição quanto a desclassificação em caso de não apresentação dessas (02) duas declarações unilaterais, conforme se observa no item 12.4. Vejamos:

12.4 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como aquelas com preço global acima do estimado no item 1.3, do Edital ou manifestamente inexequíveis.

Dessa forma, a realização de diligências para a correção de vícios diminutos e formais pela Administração constitui derivação direta dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Não é razoável nem proporcional vedar a participação de determinado licitante diante de falha meramente formal, quando seu suprimento não acarrete prejuízo ao processo de licitação e nem aos demais licitantes.

Nesse sentido, segundo MARIA SYLVIA ZANELLA OI PIETRO,"
Eventualmente, poderá ser invocado o princípio da razoabilidade para relevar pequenas irregularidades, que em nada impedem a Comissão de Licitação de avaliar o preenchimento dos requisitos para habilitação ou classificação"(Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 45). (g.n)

Ressalta-se, por ser de grande importância, que o E. TCU determinou a determinado órgão que sofreu auditoria que "*atente para o disposto no art. 43, § 3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei*"(Acórdão nº 2.521/2003, Rei. Min. AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI, j. 21/10/2003, DOU 29/10/2003).

Em casos análogos, diversos tribunais de justiça, atentos a realidades fáticas, vêm entendendo pela não aplicação de excesso de formalismo. Vejamos:

"Se torna irregular a desclassificação da empresa durante o certame do Processo Licitatório por não apresentar a proposta em mídia digital." Entende-se ainda que o Prefeito do Município de Caldas/MG – Sr. Ulisses Suaid Porto Guimarães Borges e a Pregoeira – Sra. Maria Teodora Tavares podem ser citados para apresentarem defesa quanto à irregularidade apontada. (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PROCESSO: 1.031.246 RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO VICTOR MEYER Decisão de 28 de março de 2019 publicado em Diário Oficial de Contas do dia 08/04/2019, transitou em julgado em 10/05/2019).

"Embora a proposta em mídia digital (cd/pendrive) acarrete em celeridade na condução do certame, não encontra amparo legal a exigência de propostas em 2 formatos, impressa e eletrônica, visto que limita a competitividade e afasta a obtenção da proposta mais vantajosa". (TCE/PR - Processo: 234279/19 ACÓRDÃO Nº 180/20. RELATOR: CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA, data de julgamento: 29 de janeiro de 2020. Data de publicação 06/02/2020. Nº do DOE 2235)

"A exigência de apresentação de mídia digital para formulação de propostas comerciais deve ser justificada pela Administração e não constar no edital como critério de classificação da empresa licitante". TCE/MG – DENÚNCIA 951257. Data da Publicação 04/08/2017.

"Assim, havendo exigência de apresentação de documento de forma dúplice (impresso e em meio magnético), se o licitante que apresentou a melhor proposta deixa de apresentar o documento em meio magnético, embora o tenha apresentado na forma impressa, a dispensa de tal exigência por parte da Comissão, não traz prejuízo a higidez do certamente, mas ao contrário, configura flexibilização que objetiva a obtenção da melhor proposta, objetivo último da licitação" (TJ/DF, AC nº 20130110241806APC).

Resta evidente que a desclassificação da presente licitante em razão de não apresentação de (02) duas meras declarações unilaterais da licitante atenta contra **todo princípio da razoabilidade e proporcionalidade**.

Além disso, atenta contra legalidade, eis que no edital de convocação não há tal hipótese de desclassificação – quando há ausência de juntada dessas duas declarações unilaterais, conforme já exposto.

E ainda, a desclassificação da presente licitante que apresentou o melhor preço, atenta contra a supremacia do interesse público, bem como ao princípio da eficiência, tendo em vista que o preço apresentado pela presente licitante, é bem menor. O que se traduz em uma economia de 33,60% (trinta e três por cento, sessenta por cento) aos cofres públicos em comento.

Assim, a Comissão de licitação *in casu* descumpriu com todos os deveres de justamente seguir todas as cláusulas editalícias, ao desclassificar a presente empresa por não duas declarações unilaterais.

Ante o exposto, tendo por base os princípios da razoabilidade; da proporcionalidade; da legalidade; da moralidade; da economicidade; da eficiência; e ainda a supremacia do interesse público, requer-se a reforma de decisão que eliminou a presente licitante e seja ela declarada vencedora do certame por apresentar melhor preço.

No ensejo, junta as declarações referidas nas alíneas “e” e “f”, do item 10.3 do edital, a fim de corrigir lapso TOTALMENTE sanável.

São termos em que pede e espera deferimento.

Araraquara/SP, 28 de fevereiro de 2022.

Pedro Fernando da Luz

RG: 40423597 SSP/SP

Diretor administrativo

PEDRO
FERNANDO DA
LUZ:32985413
893


Assinado de forma
digital por PEDRO
FERNANDO DA
LUZ:32985413893
Dados: 2023.02.28
15:33:23 -03'00'



Declaração

Eu, Pedro Fernando de Zia, no qualificação de
Responsável legal da empresa L3 Engenharia
Ambiental Ltda., inscrita no CNPJ 10.571.789/000199,
sediado na rua Napoleão Selmi Dei, 2º 789,
Araraquara-SP, DECLARO para o Departamento
Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara-SP,
que atenderemos, se ganharmos, os procedimentos
descritos no ANEXO VI deste edital.

Araraquara, 28 de fevereiro de 2023.


Diretor Administrativo
40417597-9 - RG
329.834.138-93 - CPF



DECLARAÇÃO: ITEN F

Eu, Pedro Fernando de Souza, no qualidade de
representante legal da empresa L3 Engenharia
Ambiental LTDA, inscrita no CNPJ 05.541.783/0001-94,
sedoada no rua Napoleão Selmi Del, nº 789,
Ananayana-SP, DECLARO para o DEPARTAMENTO
de Água e Esgoto de Ananayana-SP, que fui
pleto conhecimento e aceite das condições do
Instrumento Convocatório, seu Anexo, dos legiti-
mos que regem o licenciamento e multas previstas
no Edital e Legislação própria.

Ananayana, 28 de fevereiro de 2023.

(Assinatura)
Diretor Administrativo

RG 40423597-9
CPF 329854138-93

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023
PROCESSO DAAE Nº 90 de 10/01/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA DO ATERRO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL ENCERRADO, NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL.

À vista da interposição de Recurso Administrativo pela empresa licitante **L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA-EPP** nesse certame, ficam as demais licitantes devidamente intimadas a apresentarem, no prazo legal, suas contrarrazões.

As razões recursais poderão ser consultas e extraídas na sua íntegra através do site: www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Os autos deste processo licitatório estão desde já com vistas franqueadas às interessadas.

PUBLIQUE-SE!

Araraquara (SP), 01 de Março de 2023.

Natália Cristina de João
Matrícula 1494
Comissão de Licitação

Fernando Rodrigo Gorla
Matrícula 1374
Comissão de Licitação

Marcos Eli da Costa
Matrícula 1278
Comissão de Licitação